

## Texto estabelece que prontuário médico no SUS seja eletrônico

Projeto passou em comissão do Senado e está pronto para ir para a Câmara. **7**



Senadores na reunião em que a Comissão de Assuntos Sociais votou projeto que prevê prontuário eletrônico no SUS

## Projeto garante verba para pesquisa sobre doenças raras

Texto aprovado trata de males com pouco ou nenhum tratamento. **6**

# JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XVIII — Nº 3.781 — Brasília, quinta-feira, 22 de novembro de 2012

## Relator da CPI do Cachoeira propõe 34 indiciamentos

Deputado Odair Cunha pede também a responsabilização criminal de 12 pessoas que têm foro privilegiado

Entre os apontados como envolvidos com a organização criminosa, estão o dono da Delta, Fernando Cavendish; o governador de Goiás, Marconi Perillo; o prefeito de Palmas, Raul Filho; e o deputado Carlos Leréia. Relatório será lido hoje e votação ocorrerá após concessão de vista a parlamentares. **4 e 5**



Jayme Campos, Paulo Teixeira, Vital do Rêgo, Odair Cunha e Jorge Viana na reunião de ontem da CPI: oposição pedirá ao Ministério Público mais investigações



Propostas dos estudantes seguem para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

## Jovens senadores sugerem projetos de lei para educação

O tema dominou os debates dos participantes do Projeto Jovem Senador. Cinco das seis propostas de leis aprovadas ontem pelos estudantes tratam do assunto. **2**

## Projeto que dá incentivo a LAN houses passa na CCJ **2**

## Texto que impede bloqueio de verba de defesa sanitária vai a votação final **6**

## Avança MP que desonera comércio ligado às Olimpíadas **5**

## Cientista político defende aplicação de royalties em educação **3**



## Comissão aprova criação de fundo para financiamento do ecoturismo

Recursos virão de dotações orçamentárias e de arrecadação de multas por descumprimento do Código Florestal. Da CDR, o projeto de Vital do Rêgo segue agora para a CAE. **8**

Mirante da Chapada dos Veadeiros, em Alto Paraíso (GO): multas por dano ao meio ambiente e descumprimento do Código Florestal podem financiar ecoturismo



Projeto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça garante prioridade em financiamentos públicos para casas de acesso à internet que estimulem desenvolvimento educacional e cultural

# LAN houses terão incentivo para promover inclusão

OS ESTABELECIMENTOS QUE cobram pelo uso de computador com acesso à internet, chamados de LAN houses, poderão ser classificados como de interesse social e integrar os esforços pela inclusão digital, contando com incentivos para a aquisição de computadores.

O projeto (PLC 28/11) foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAE). O texto dá às LAN houses a denominação de Centros de Inclusão Digital (CID), que deverão estimular o desenvolvimento educacional e cultural, disponibilizando programas de pesquisas; acesso para conexões com finalidades sociais, profissionais e de entretenimento; além de conexão com instituições públicas.

A proposta dá prioridade



Presidente da CCJ, Eunício Oliveira coordena a votação

aos CIDs na concessão de financiamento público para aquisição de computadores, em especial no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Para fazer jus ao benefício, a LAN house deverá, entre outras obrigações, manter na tela inicial orientações sobre acesso a jogos eletrônicos não recomendados para menores de 18 anos.

Estados e municípios poderão firmar parcerias com os CIDs para atividades educacionais, culturais e de utilidade pública. A proposta estimula a criação de selos de qualificação, conferidos às LAN houses que cumprirem a nova lei.

De autoria do ex-deputado Vieira Reis, o projeto recebeu voto favorável do relator na CCJ, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que destacou o alcance social da medida.

# Paulo Paim denuncia invasão de site pessoal

Paulo Paim (PT-RS) comunicou que o site dele na internet foi invadido duas vezes por hackers na terça-feira.

— Exatamente no dia em que denunciávamos o massacre da juventude negra no Brasil. Falamos da realidade do povo negro e, por isso, não me estranhou que isso tivesse acontecido — disse.

Segundo o senador, o site ficou fora do ar durante algumas horas e todos os arquivos foram apagados.

— Se alguém pensa que vai me intimidar, engana-se. Não me intimidam!

Paim atribuiu o ataque a “setores conservadores” e garantiu que o ato não muda os posicionamentos dele.



Segundo Paim, todos os arquivos da página na internet foram apagados

# Jovens senadores aprovam seis projetos

A educação foi o tema que dominou os debates no Plenário da edição deste ano do Projeto Jovem Senador. Seis projetos foram discutidos e aprovados pelos estudantes. Entre eles, a inclusão do ensino da língua brasileira de sinais na grade curricular da educação básica e a definição de um prazo mínimo de permanência dos professores nas escolas.

A destinação de 80% dos royalties do petróleo para a educação básica e profissionalizante também foi apoiada. Um dos autores do projeto, Diego de Souza, da Paraíba, defendeu a iniciativa.

— Como é que o Brasil vai se tornar uma potência mundial se não investir na educação? — questionou.

As propostas aprovadas seguem para a análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) como sugestão.

Participaram do Projeto Jovem Senador 27 alunos do



Estudantes simulam no Plenário do Senado experiência de exercer um mandato

## Educação na pauta

Projetos de Lei do Senado Jovem (PLSJ) vão receber ajustes de redação antes de seguir à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

PLSJ 1/12	Concede incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento de atividade sustentáveis no meio rural
PLSJ 2/12	Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção da língua brasileira de sinais (Libras) no ensino básico
PLSJ 3/12	Cria o adicional de especialização e desempenho para profissionais de magistério público da educação básica
PLSJ 4/12	Fixa diretrizes adicionais para a educação no Brasil
PLSJ 5/12	Altera a destinação dos royalties do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional
PLSJ 6/12	Determina a integração de profissionais de psicologia ou psicopedagogia às redes públicas de educação básica

segundo e do terceiro ano do ensino médio finalistas do 5º Concurso de Redação do

Senado. Cada um representa um estado e o Distrito Federal. (Com Rádio Senado)

# Capiberibe: contas públicas estão mais transparentes

O aumento da transparência nas contas públicas nos estados brasileiros foi comemorado por João Capiberibe (PSB-AP). O senador citou a divulgação do Índice de Transparência da ONG Contas Abertas, que avalia conteúdo, atualização e facilidade de uso dos portais sobre orçamento nas 27 unidades da Federação. Este ano, o levantamento revelou aumento na prestação de contas dos estados.

A obrigatoriedade dos portais orçamentários, com divulgação detalhada das despesas da administração pública, começou em 2009, com a aprovação da Lei Complementar 131, de autoria de Capiberibe. A partir de 2010, a ONG Contas Abertas iniciou o ranking.

De acordo com matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, lida pelo senador, a pontuação considera critérios como informações sobre a execução orçamentária, licitações, contratos e convênios, séries



João Capiberibe cita ranking sobre os portais das 27 unidades da Federação

históricas e frequência de atualização. Parte da nota baseia-se também na usabilidade dos portais.

Capiberibe destacou que, entre os três estados mais bem colocados, dois são administrados por governadores do PSB, seu partido: Espírito Santo e Pernambuco.

João Capiberibe afirmou que já notificou à Casa que abre mão da ajuda de custo que é paga aos senadores no início e no fim do ano. A extinção da ajuda já foi aprovada pelo Senado. Conforme o projeto, que está na Câmara, o pagamento será feito apenas no início e no fim da legislatura.

## ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário depois das 19h40 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Pauta trancada

14h A pauta está trancada pela medida provisória que transforma a empresa de Transporte de Alta Velocidade em Empresa de Planejamento e Logística.

### PRESIDÊNCIA Posse no STF

11h Sarney recebe Teori Zavascki, futuro ministro do STF. Às 12h, recebe o presidente do TCU, Benjamin Zymler. Participa, às 15h, da posse de Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski nos cargos de presidente e vice-presidente do STF.

### CRA Açúcar e álcool

8h30 O setor sucroalcooleiro é tema de debate na comissão.

### CJ Aviação

9h Na pauta, projeto que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação. Depois, a Subcomissão da Aviação Civil vota pedido de audiência sobre paralisação no setor.

### CDH Direitos trabalhistas

9h Audiência pública debate a defesa da CLT e os direitos trabalhistas. A comissão ouve, entre outros convidados, o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Ubiraci Dantas de Oliveira.

### CMO/CAE/CMA Presidente do BC

10h Reunião conjunta das comissões com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. Ele falará sobre o cumprimento de metas das políticas monetárias.

### CE Patrimônio subaquático

10h Audiência na Comissão de Educação sobre projeto que trata do patrimônio cultural subaquático brasileiro. Participa o professor Fernando Fernandes da Silva, da Universidade Católica de Santos.

### CRE Embaixadores

10h A Comissão de Relações Exteriores examina indicações para embaixadas. Também na pauta, projeto de acordo de seguridade social com Portugal.

### CPI DO CACHOEIRA Relatório final

10h15 Reunião da comissão parlamentar de inquérito que investiga as relações do contraventor o Carlinhos Cachoeira. Na pauta, a apresentação do relatório final.

### BIBLIOTECÁRIOS Celebração

18h30 Solenidade em comemoração aos 50 anos de fundação da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, na Biblioteca Luiz Viana Filho.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.





Fernando Abrucio, Guiomar Nam de Mello, Cristovam Buarque e João Batista Oliveira participam de audiência pública

## Cientista político defende uso de royalties na educação

De acordo com Fernando Abrucio, as discussões sobre a partilha da renda do petróleo e o novo Plano Nacional de Educação deveriam ser feitas juntas, levando em conta “um projeto de país”

OS DEBATES SOBRE a partilha dos royalties do petróleo e o novo Plano Nacional de Educação (PNE) deveriam andar juntos, sugeriu o cientista político Fernando Abrucio, em audiência pública promovida pela Comissão de Educação.

Por meio do estabelecimento de metas claras e das formas para alcançá-las, explicou, será possível promover um salto de qualidade na educação nos próximos dez anos.

— A distribuição dos royalties do petróleo entre municípios e estados sem um projeto de país é um desastre. Educação é a grande questão hoje, e o nosso desafio é articular o

Plano Nacional de Educação com a lei dos royalties. O plano [aprovado pela Câmara] é muito geral. Temos que definir um conjunto pequeno de prioridades — sugeriu Abrucio.

A audiência tratou da federalização da educação básica e foi presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

O presidente do Instituto Alfa e Beta, João Batista Oliveira, propôs que se cumpra a divisão de tarefas estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), deixando o ensino fundamental sob a responsabilidade dos municípios e estadualizando o ensino médio, inclusive o técnico.

A educadora Guiomar Nam de Mello considerou uma “desfuncionalidade” deixar o ensino fundamental dividido, parte sob responsabilidade dos municípios e parte para os estados.

— Não quisemos dizer para municipalizar tudo e para o estado se deslocar para o ensino médio. Alguns municípios têm duas redes de ensino fundamental, a estadual e a municipal.

Cristovam Buarque recordou ter sido o primeiro a defender a utilização dos recursos provenientes dos royalties do petróleo na educação.

## Anibal pede definição urgente de um novo pacto federativo



Anibal Diniz (PT-AC) afirmou que é inadiável a formulação de um novo pacto federativo. Ele explicou que a situação financeira vivida por alguns estados e municípios precisa ser resolvida com urgência e que só um novo pacto pode atender a necessidade de uma distribuição mais justa da riqueza nacional, promovendo o desenvolvimento econômico e o fim das desigualdades regionais.

— A nós, parlamentares, cabe promover uma reforma efetiva do pacto federativo — disse.

## Ângela propõe “critério verde” na partilha do Fundo dos Estados



Em tempo de discussão sobre a redistribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Ângela Portela (PT-RR) propôs uma nova variante: a inclusão de medidas para ressarcir as perdas decorrentes da cessão de territórios para reservas indígenas ou ambientais, o que chamou de FPE verde.

— A maioria dos estados do Norte está nessa situação. Por motivos compreensíveis, veem amplas áreas impossibilitadas de abrigar atividade econômica que aumente arrecadação.

## Souza defende disciplinas de moral e ética

Problemas graves como corrupção e instabilidade jurídica só podem ser superados com uma política educacional mais voltada à formação do caráter dos jovens e ao exercício responsável da cidadania, afirmou Sérgio Souza (PMDB-PR).

O senador defendeu projeto

de autoria dele que inclui no currículo do ensino fundamental a disciplina de Cidadania, Moral e Ética e, no ensino médio, de Ética Social e Política. Souza pediu que a proposta (PLS 2/12), já aprovada pelo

Senado, entre logo na pauta da Câmara dos Deputados.

— O aluno será levado a examinar hábitos e a conduta adequada em sociedade. E terá noções de democracia, sem influência ideológica — explicou.



## Comissão especial do Rio São Francisco fiscalizará cronograma da transposição

Humberto Costa (PT-PE), relator da comissão especial que acompanha as obras da transposição do Rio São Francisco, apresentou ontem as diretrizes do trabalho do colegiado. O foco estará na fiscalização do cumprimento do cronograma das obras, que só deverão ser concluídas em 2015. Pela previsão inicial, seria ainda em 2012.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional, as atividades deveriam estar em

andamento em nove lotes, mas estão estagnadas em quatro. O atraso já elevou o custo de R\$ 6,8 bilhões para R\$ 8,2 bilhões.

Humberto disse que serão ouvidos representantes dos Ministérios do Planejamento, da Integração Nacional, da Casa Civil e da Defesa. Denúncias de superfaturamento não estarão entre os objetivos do colegiado, que volta a se reunir dia 28 para votar o plano de trabalho.



Relator, Humberto fala sobre diretrizes da comissão ao lado do presidente, Vital

## Humberto diz que projeto é essencial ao desenvolvimento

Em Plenário, Humberto Costa disse que a comissão do Rio São Francisco dará grande contribuição à sociedade. O senador informou que seu relatório deve ser apresentado até o fim de 2013, após debates e audiências.

— O objetivo primordial desse empreendimento é assegurar oferta de água a mais de 12 milhões de pessoas em 391 municípios de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio

Grande do Norte — afirmou o senador, acrescentando que essa é a maior obra do governo em infraestrutura hídrica para usos múltiplos.

Humberto lembrou que o projeto está entre as prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A criação da comissão foi proposta por Cícero Lucena (PSDB-PB), eleito vice-presidente do grupo. O presidente é Vital do Rêgo (PMDB-PB).

## Votação na Câmara adia leitura do relatório da MP do setor elétrico

A reunião de ontem da comissão mista que analisa a Medida Provisória 579/12, que trata da redução das tarifas de energia elétrica, foi suspensa antes da leitura do relatório, em razão do início da ordem do dia da Câmara.

O presidente da comissão, deputado Jilmar Tatto (PT-SP), não aceitou 49 emendas, por considerá-las estranhas à matéria da MP, e admitiu que outras emendas poderão ser derrubadas. A inadmissão das emendas será publicada hoje, abrindo prazo de 24 horas para recursos.

## Lúcia Vânia quer mais debate sobre tarifas de energia elétrica

Lúcia Vânia (PSDB-GO) se disse preocupada com a tramitação da MP 579/12, que reduz encargos na energia elétrica.

— Todos queremos a redução, mas não abrimos mão de discutir o marco regulatório do setor — afirmou.

Na avaliação da senadora, dependendo das negociações sobre concessões que vão vencer em 2015, estarão em risco investimentos e a credibilidade dos contratos.



## Davim: ação de saúde reduz evasão escolar

Paulo Davim (PV-RN) elogiou o Ministério da Saúde pela criação de um cadastro nacional de estabelecimentos de saúde privados e públicos para ampliar e qualificar a assistência oftalmológica oferecida pelo Projeto Olhar Brasil.

— É uma iniciativa de grande envergadura do Ministério da Saúde que vai trazer um

benefício fantástico, sobretudo para as crianças.



Além de aumentar a capacidade de atendimento e reduzir as filas de espera, o senador prevê como resultado do projeto a redução da evasão escolar. Segundo Davim, 30% das crianças em idade escolar têm problemas oftalmológicos.

## Taques: participação popular em emendas

Pedro Taques (PDT-MT) afirmou que a destinação dos recursos das emendas dele ao Orçamento é definida de acordo com critérios específicos e com participação popular.

O senador disse que, em 29 de outubro, vereadores, secretários, servidores públicos e entidades civis participaram, em Campo Novo do Parecis

(MT), de audiência para tratar da destinação dos recursos das emendas.

— Ao todo, 12 cidades de Mato Grosso me ajudaram a dar um importante passo para o futuro — comemorou.

Para Taques, o método é um tipo de “orçamento participativo” que prioriza a decisão popular.





Texto foi apresentado ontem e será lido formalmente hoje, mas Odair Cunha admite que ainda pode mudar. Entre os indiciados, está o dono da Delta, Fernando Cavendish. Entre os pedidos de responsabilização criminal, está o do governador de Goiás, Marconi Perillo

Os nomes do relatório

PROPÕE-SE RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL DE:

- Marconi Perillo (PSDB), governador de Goiás: formação de quadrilha, corrupção passiva, advocacia administrativa, tráfico de influência, falso testemunho, crime previsto na Lei de Licitações, lavagem de dinheiro.
- Raul de Jesus Lustosa Filho (PT), prefeito de Palmas: corrupção passiva, advocacia administrativa e lavagem de dinheiro.
- Demóstenes Torres, procurador do estado de Goiás e ex-senador: formação de quadrilha, corrupção passiva, peculato, advocacia administrativa.
- Carlos Alberto Lereia (PSDB), deputado federal por Goiás: formação de quadrilha, corrupção passiva, lavagem de dinheiro, advocacia administrativa, violação de sigilo funcional e tráfico de influência.
- João Furtado de Mendonça Neto, ex-secretário de Segurança Pública e procurador do Estado de Goiás: formação de quadrilha, corrupção passiva e tráfico de influência.
- Jayme Eduardo Rincon, presidente da Agência Goiana de Transporte e Obras Públicas (Agetop): formação de quadrilha, corrupção passiva, advocacia administrativa e crime previsto na Lei de Licitações.
- Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga, secretário de Indústria e Comércio de Goiás: formação de quadrilha e advocacia administrativa.
- Ronald Christian Alves Bicca, Procurador do Estado de Goiás: formação de quadrilha, corrupção passiva, abuso de autoridade e crime previsto na Lei de Licitações.
- Marcelo Marques Siqueira, procurador do Estado de Goiás: formação de quadrilha, corrupção passiva, prevaricação, violação de sigilo funcional.
- Geraldo Messias Queiroz (PP), prefeito de Aguas Lindas (GO): formação de quadrilha, peculato, corrupção passiva e violação de sigilo funcional.
- Gil Tavares (PTB), prefeito de Nerópolis (GO): formação de quadrilha, corrupção passiva e crime previsto na Lei de Licitações.
- Julio Cesar Cardoso de Brito, desembargador: formação de quadrilha, corrupção passiva e advocacia administrativa.

PEDE-SE INDICIAMENTO DE:

- Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira: peculato, advocacia administrativa, tráfico de influência, corrupção ativa, lavagem de dinheiro, crime previsto na Lei de Licitações e evasão de divisas.
- Fernando Cavendish, dono da construtora Delta: formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.
- Cláudio Dias de Abreu, ex-diretor regional da Delta no Centro-Oeste: corrupção ativa, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e crime previsto na Lei de Licitações.
- Policarpo Júnior, jornalista, da revista Veja: formação de quadrilha.
- Andressa Mendonça, atual mulher de Cachoeira: formação de quadrilha e corrupção ativa.
- Andréa Aprígio de Souza, ex-mulher de Cachoeira: quadrilha, corrupção ativa e lavagem de dinheiro.
- Edivaldo Cardoso de Paula, ex-presidente do Departamento de Trânsito de Goiás (Detran-GO): formação de quadrilha, peculato, corrupção passiva, advocacia administrativa, lavagem de dinheiro e crime previsto na Lei de Licitações.
- Eliane Gonçalves Pinheiro, ex-chefe de gabinete do governador de Goiás: formação de quadrilha, corrupção passiva, violação de sigilo funcional.
- Lúcio Fúza Gauthier, ex-assessor do governador de Goiás, Marconi Perillo: formação de quadrilha.
- José Carlos Feitosa, o Zunga: ex-subsecretário de Esporte do Distrito Federal: formação de quadrilha, corrupção passiva, tráfico de influência.
- Marcello de Oliveira Lopes, o Marcellão: ex-assessor da Casa Militar do Distrito Federal: formação de quadrilha, interceptação legal, corrupção passiva e tráfico de influência.
- Joaquim Gomes Thomé Neto, ex-policia federal: formação de quadrilha, interceptação ilegal.
- Jairo Martins de Souza, sargento da PM: furto e interceptação telefônica ilícita.
- Rodrigo Jardim do Amaral Melo, servidor público no Distrito Federal: formação de quadrilha e corrupção passiva.
- José Raimundo Santos Lima, ex-servidor do Distrito Federal: formação de quadrilha e corrupção passiva.
- Marco Aurélio Bezerra da Rocha, ex-superintendente do Inara: formação de quadrilha e corrupção passiva.
- Santana da Silva Gomes, ex-vereador de Goiânia: formação de quadrilha, corrupção passiva, advocacia administrativa, crime previsto na Lei de Licitação.
- Elias Vaz de Andrade, ex-vereador de Goiânia: formação de quadrilha e advocacia administrativa.
- Fernando de Almeida Cunha, ex-vereador de Goiânia: formação de quadrilha e advocacia administrativa.
- Wladimir Garcez Henrique, ex-vereador e ex-presidente da Câmara Municipal de Goiânia: corrupção ativa, lavagem de dinheiro e crime previsto na Lei de Licitações.
- Gleyb Ferreira da Cruz, funcionário de Cachoeira, tido como laranja do grupo: corrupção ativa e lavagem de dinheiro.
- Geovani Pereira da Silva, contador: lavagem de dinheiro e evasão de divisas.
- Lenine Araújo de Souza, contador: lavagem de dinheiro e evasão de divisas.
- Adriano Aprígio de Souza, ex-cunhado de Cachoeira: lavagem de dinheiro.
- Idalberto Matias de Araújo, o Dadá, ex-sargento da Aeronáutica: violação de sigilo funcional e interceptação ilegal.
- André Teixeira Jorge, funcionário da Delta: lavagem de dinheiro.
- Leide Ferreira da Cruz, irmã de Gleyb Ferreira da Cruz, funcionário de Cachoeira: formação de quadrilha e evasão de divisas.
- Rossine Aires Guimarães, dono da construtora Rio Tocantins: quadrilha, corrupção ativa.
- Antônio Pires Perillo, irmão do governador de Goiás: quadrilha, tráfico de influência, corrupção ativa e crime previsto na Lei de Licitações.
- Rubmaier Ferreira de Carvalho, contador: formação de quadrilha.
- Wagner Relâmpago, jornalista: formação de quadrilha.
- Patrícia Moraes, jornalista: formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.
- João Unes, jornalista: formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.
- Carlos Antônio Nogueira, jornalista: formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

FORAM EXCLUÍDOS DA ACUSAÇÃO:

- Agnelo Queiroz (PT), governador do Distrito Federal.
- Wilder Moraes, senador e suplente de Demóstenes Torres, pelo DEM de Goiás.
- Stepan Nercessian, deputado federal (sem partido-RJ).

SUGERE-SE MAIS INVESTIGAÇÃO SOBRE:

- Roberto Gurgel, procurador-geral da República.
- Cláudio Monteiro, ex-chefe de gabinete do governador do DF, Agnelo Queiroz (PT).
- Ataídes de Oliveira, empresário e suplente do senador João Ribeiro (PSDB-TO).
- Sandes Júnior (PP), deputado federal de Goiás.
- Benedito Torres, procurador-geral de Justiça de Goiás e irmão do ex-senador Demóstenes Torres.
- Walter Paulo de Oliveira Santiago, empresário de Anápolis.
- Marcelo Henrique Lirio Gonçalves, empresário e ex-dono do laboratório Neorquímica.

# Relator acusa 45 pessoas de envolvimento com Cachoeira

O RELATOR DA CPI do Cachoeira, deputado Odair Cunha (PT-MG), propôs o indiciamento de 34 pessoas, incluindo o próprio contraventor. Entre elas, o dono da Delta Construções, Fernando Cavendish; a mulher de Carlinhos Cachoeira, Andressa Mendonça; e o jornalista Policarpo Júnior, da revista *Veja*. Cunha pede responsabilização criminal de 12 pessoas que têm foro privilegiado, como o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB); o prefeito de Palmas, Raul Filho (PT); o deputado Carlos Alberto Lereia (PSDB-GO); e o ex-senador Demóstenes Torres.



Presidente da CPI, Vital do Rêgo (C), recebeu do deputado Odair Cunha (D) o relatório, que será lido hoje

O relatório aponta indícios de que Perillo cometeu crimes de formação de quadrilha, corrupção passiva, advocacia administrativa, tráfico de influência, falso testemunho e lavagem de dinheiro. Alegando falta de elementos, Cunha não citou o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), sob protestos da oposição. Cunha admitiu que ainda pode mudar o texto.

Entre os parlamentares, o texto acusa Lereia e Demóstenes, mas libera o deputado Stepan Nercessian (sem partido-RJ) e o suplente de Demóstenes, Wilder

## Punição maior para organização criminosa

Constam do relatório de Odair Cunha várias propostas para dificultar a ação de organizações criminosas. Entre elas, está a redefinição desse tipo de organização, a ser incluída no Código Penal, e o aumento da pena por participação nesses grupos para quatro a oito anos (a pena por crime de quadrilha é de um a três anos). Outros projetos de lei sugeridos por Cunha são o que criminaliza a exploração de jogos de azar (que hoje é apenas contravenção); o que prevê punição para os

"laranjas" e redefine os crimes de tráfico de influência e corrupção ativa; o que aumenta o prazo de prescrição de ilícitos praticados por organização criminosas; e o que cria um Cadastro Nacional de Dados para cruzamento de informações. Outra proposta inclui expressamente na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92) os agentes políticos como agentes públicos. Assim, eles poderão responder por atos de improbidade sem prejuízo das penas específicas dos crimes

## Para Jorge Viana, comissão fez um bom trabalho



Viana diz que relatório foi isento

"A CPI fez um bom trabalho e o relatório foi isento", afirmou Jorge Viana (PT-AC). O senador garantiu que a investigação "não terminará em pizza". — Eu vi algumas pessoas perplexas, porque apostavam que não se pediria o indiciamento de ninguém,

Morais (DEM-GO). Sobre o deputado Sandes Júnior (PP-GO), o relatório pede que o trabalho da CPI seja encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), no qual o parlamentar já responde a processo. Entre as 34 pessoas com pedido de indiciamento, estão a ex-mulher de Cachoeira, Andréa Aprígio, e o próprio contraventor. A CPI pediu a prisão dele, solto na madrugada de ontem, após 265 dias na cadeia. Também não escaparam pessoas que se recusaram a falar na CPI, como o ex-diretor regional da Delta, Cláudio Abreu; o ex-presidente do Detran de Goiás, Edivaldo Cardoso

de Paula; e o ex-sargento da Aeronáutica Idalberto Matias de Araújo (o Dadá). Para Cunha, cinco jornalistas se envolveram com a quadrilha, sendo quatro da imprensa goiana. O quinto é Policarpo Júnior, da sucursal de Brasília da *Veja*. — Ele extrapolou o limite da relação entre fonte e jornalista — disse Cunha.

## Relatório que acusa Perillo e Cavendish só será lido hoje

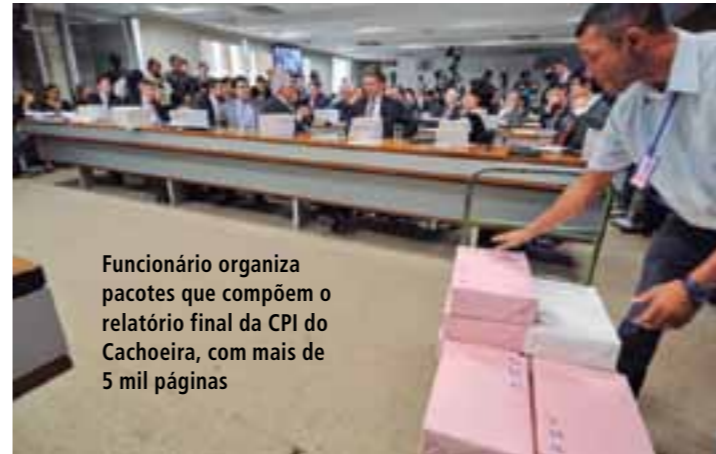
Por uma questão regimental — a exigência de que o texto fosse entregue aos parlamentares com 24 horas de antecedência — ficou para hoje a leitura do relatório da CPI do Cachoeira. Em seguida, será votado o pedido de vista coletivo. Com a concessão de vista, abre-se prazo de cinco dias úteis para análise da matéria. O presidente da CPI, Vital do Rêgo (PMDB-PB), convocou nova reunião para a próxima quarta-feira.

Mas disse acreditar que a opinião pública está acompanhando o assunto e vai perceber que o relatório "ajudará o Brasil a enfrentar o problema da corrupção". Em aparte, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) lamentou que a CPI não tenha sido prorrogada por prazo maior.

## Insatisfeitos, parlamentares pedem que procurador investigue mais

Um grupo de parlamentares insatisfeitos com o relatório de Cunha informou que se reuniria com o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para entregar-lhe uma representação para que o Ministério Público dê prosseguimento às investigações da CPI do Cachoeira. No alvo da representação está o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, acusado de envolvimento com Fernando Cavendish, dono da construtora Delta. Os parlamentares querem também a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico de 15 empresas tidas como fantasmas

que teriam recebido dinheiro da construtora. — Estão escondendo o envolvimento de governadores. Como a CPI indícia Fernando Cavendish sem dedicar uma linha sequer ao governador do Rio, o estado que mais mobilizou recursos da Delta? — indagou o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Os parlamentares que pretendem fazer o pedido à Procuradoria-Geral da República são os senadores Randolfe, Pedro Taques (PDT-MT) e Pedro Simon (PMDB-RS) e os deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e Onyx Lorenzoni (DEM-RS).



Funcionário organiza pacotes que compõem o relatório final da CPI do Cachoeira, com mais de 5 mil páginas

## Alvaro: CPI terminou em pizza e mais escondeu do que revelou

"A CPI não cumpriu o seu dever. Terminou em pizza", afirmou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), comentando o relatório levado ontem à CPI do Cachoeira pelo relator, deputado Odair Cunha (PT-MG). Para Alvaro, a comissão "mais escondeu do que revelou". Na avaliação do senador, o relator se limitou a repetir as informações já levantadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. — Por melhor que possa ser esse relatório, ele não atende às expectativas da realidade, ele não alcança a essência do escândalo, não é completo, é incapaz de apontar o mal existente ao redor da empresa Delta, sobretudo junto ao governo da União e ao governo

do estado do Rio. Procurou-se armar uma blindagem intransponível para poupar esses governos. Estamos concluindo uma CPI com enterro de terceira categoria. Para o senador, o objetivo inicial da comissão parlamentar era desviar o foco do julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal, tentativa que teria sido frustrada. Outro objetivo, acrescentou, era ferir o PSDB de Goiás. Por isso, segundo ele, as investigações se restringiram aos fatos ocorridos no eixo Goiás-Tocantins e, mesmo com indícios de que a corrupção maior ultrapassava essa fronteira, não se estenderam a outros estados. Alvaro informou que a oposição insistirá na prorrogação dos trabalhos, apesar de reconhecer que essa é uma possibilidade remota. Para ele, seria "ridículo" concluir a CPI do Cachoeira sem ouvir o próprio.



Para Alvaro, CPI se encerra com um "enterro de terceira categoria"



Deputado Edson Santos, senador Dornelles, deputado Rodrigo Bethlem e senadora Lidice, relatora da MP 584/12

## Avança desoneração das operações ligadas às Olimpíadas

A medida provisória (MP) que isenta de impostos e contribuições uma série de operações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 foi aprovada ontem pela comissão mista do Congresso encarregada de analisar a matéria. O texto foi acolhido na forma de projeto de lei de conversão (PLV) elaborado pela relatora, senadora Lidice da Mata (PSB-BA), que será votado pelos plenários da Câmara e do Senado. As isenções tributárias previstas na MP 584/12 abrangem produtos e serviços

adquiridos no exterior e no mercado interno. O principal requisito para o benefício é que esses produtos ou serviços se destinem ao uso ou consumo na organização ou realização dos eventos. O período de abrangência das desonerações vai de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2017. De 64 emendas apresentadas ao texto, Lidice aceitou parcial ou integralmente oito. Rejeitou, por exemplo, compensação aos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM) e à Seguridade Social por

conta da renúncia de receitas decorrente dos jogos. Outras emendas rejeitadas pretendiam barrar a transferência de recursos da União para o Comitê Olímpico Internacional (COI), às empresas a ele vinculadas e ao Comitê Organizador Rio 2016 no montante do que essas entidades recolheram em 2012 em tributos. O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), lembrou que ainda não há acordo para votar nos plenários da Câmara e do Senado artigo que estende os benefícios para obras.

## MP do setor de transporte tranca votações

As votações do Plenário estão trancadas pela Medida Provisória 576/12, que transforma a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (Etav) em Empresa de Planejamento e Logística

(EPL). Para não perder a validade, a MP precisa ser votada até 13 de dezembro. A nova empresa deve reorganizar a logística de rodovias, ferrovias, portos e hidrovias e coordenar, fiscalizar,

administrar e executar obras dos trens de alta velocidade, os trens-bala. E poderá explorar o serviço. Mas a oposição tem criticado a ideia de a União bancar obras com uma relação custo-benefício desvantajosa.

## Benedito se diz contra privatização de trens de Maceió

Benedito de Lira (PP-AL) fez um apelo à presidente Dilma Rousseff para que não permita a privatização da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) em Alagoas. A estatal é responsável pelas operações do veículo leve sobre trilhos (VLT) em Maceió e em cidades da região metropolitana. Segundo o senador, apesar

da garantia de R\$ 133 milhões do PAC da Mobilidade Urbana para ampliar o VLT na região, que se somarão a recursos do governo estadual, rumores indicam a possibilidade de privatização da companhia. — Todos sabem que qualquer empresa privada que

viesses a operar estaria mais interessada em obter lucro do que garantir a qualidade do serviço. Benedito de Lira elogiou o trabalho desempenhado pela CBTU, seus dirigentes e funcionários para atender com qualidade os alagoanos.

## Ana Amélia quer explicação para alto preço de carro no país

Os elevados preços dos automóveis no Brasil em comparação com os demais países da América Latina precisam ser esclarecidos. A afirmação foi feita por Ana Amélia (PP-RS), autora de requerimento aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para a realização de uma audiência pública sobre o tema. De acordo com a senadora, além de pagar mais caro, o brasileiro compra modelos menos seguros do que os oferecidos a consumidores de outros países.

## Suplicy: arbitragem do setor de laranja ainda depende de autorização

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que recente decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) deixou claro que a criação da câmara de arbitragem do setor de citricultura ainda não foi autorizada. Mesmo assim, alertou, entidades do setor vêm afirmando que o órgão de arbitragem já está em funcionamento. A constituição do Conselho dos Produtores e Exportadores de Suco de Laranja (Consestrus), disse, será muito importante para organizar o setor.

## Ferraço pede nova licitação para duplicar rodovia entre RJ e BA

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu uma nova licitação para a duplicação da rodovia BR-101 entre o Rio de Janeiro e a Bahia, num percurso que cortará o Espírito Santo. O certame, disse Ferraço, precisa priorizar o usuário, ao contrário do modelo que está sendo questionado na Justiça, que privilegia mais o pedágio do que os investimentos. Realizado em janeiro, o primeiro leilão para a realização da obra foi questionado por órgãos de controle do governo federal e está suspenso.



Proposta que garante recurso para estudo de medicamentos contra enfermidades negligenciadas por laboratórios privados é aprovada na CCT e segue para análise de mais duas comissões do Senado

## Projeto incentiva pesquisa sobre doenças raras

O PROJETO QUE garante recursos para pesquisas relacionadas a doenças raras — ou negligenciadas, por exemplo, pela indústria farmacêutica — foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

A proposta (PLS 231/12), de autoria de Eduardo Suplicy (PT-SP), sofreu modificações na CCT. O texto original previa a criação de um fundo nacional específico para o assunto. Mas, em seu relatório, Sérgio Souza (PMDB-PR) lembrou que já existe um fundo setorial para a área de ciência, tecnologia e inovação destinado à saúde: o CT-Saúde. Por isso, o relator propôs que, em vez de criar um novo fundo, sejam reservados no mínimo 30% dos recursos do CT-Saúde para o financiamento de pesquisas com medicamentos de doenças raras ou negligenciadas.

Ao defender o projeto, Suplicy lembra que a iniciativa foi inspirada nas ideias da professora Adriana de Abreu



Gim Argello e Walter Pinheiro em reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia

Magalhães Dias, do Instituto Baresi — entidade que, entre outras atividades, auxilia portadores de doenças raras.

Quando às doenças negligenciadas, o senador diz que 90% das enfermidades ou condições mórbidas recebem menos de 10% dos gastos mundiais com pesquisa em saúde.

Ele ressalta que essa cruel “falha de mercado” se caracteriza por uma situação em que o setor privado, interessado em lucros, investe quase exclusivamente em medicamentos para os mais ricos. Como

consequência, proliferam as enfermidades que atingem os mais pobres, como dengue, malária e doença de chagas.

O projeto segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e depois será examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

### Rádio e TV

A CCT também aprovou ontem, em decisão terminativa, 78 projetos de decreto legislativo que outorgam ou renovam concessões de serviços de rádio e televisão.

## Adiada votação de texto sobre porte de arma

A proposta que autoriza agente penitenciário a portar arma de fogo mesmo fora do horário de serviço não foi votada ontem por falta de quórum, mas estará na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quarta-feira. A informação é do presidente

da comissão, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

O texto (PLC 87/11) será votado em decisão terminativa e, se aprovado, deve seguir para a sanção presidencial, se não houver recurso para apreciação em Plenário.

O projeto, que veio da Câmara dos Deputados, altera

o Estatuto do Desarmamento para permitir que agentes e guardas prisionais e portuários e integrantes das escoltas de presos possam portar armas de fogo fora do horário de serviço e em todo o território nacional. O relator, senador Gim Argello (PTB-DF), apresentou voto favorável.

## Aprendiz com deficiência poderá ser incluído em cota

Empresas com mais de cem empregados que contratarem pessoas com deficiência na condição de aprendiz poderão incluí-las na cota obrigatória de contratação de pessoas nessa condição. É o que determina projeto (PLS 118/11) de Ciro Nogueira (PP-PI) aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto foi acolhido na forma do substitutivo de Wellington Dias (PT-PI) e segue para o exame terminativo da CAS.

## Isenção de tarifas bancárias para pessoas com deficiência

A CDH também aprovou projeto que isenta de tarifas bancárias pessoas com deficiência que tenham renda de até três salários mínimos. O autor do PLS 700/11, Lindbergh Farias (PT-RJ), sugeriu o limite de cinco salários mínimos, mas prevaleceu o substitutivo do relator, Wellington Dias (PT-PI), que foi apresentado por Cyro Miranda (PSDB-GO). A matéria agora receberá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

## CRA aprova fim de bloqueio de verba da defesa sanitária

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) determina que os recursos orçamentários para ações de defesa animal e vegetal não poderão ser contingenciados. O texto, já aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De Antonio Russo (PR-MS), o projeto (PLS 591/11-Complementar) altera a Lei de Responsabilidade Fiscal. O relator, Jayme Campos (DEM-MT), argumenta que

o contingenciamento pode inviabilizar ações. Ivo Cassol (PP-RO), Ana Amélia (PP-RS), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Acir Gurgacz (PDT-RO) parabenizaram Antônio Russo.

A CRA aprovou também o PLS 156/12, que isenta do PIS-Pasep e da Cofins a venda de peixes no mercado interno; o PLS 204/12, que isenta do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) áreas voltadas à conservação ambiental; e substitutivo de Ivo Cassol ao PLS 168/07, sobre recuperação judicial, extrajudicial e falência empresarial.



José Pimentel e Acir Gurgacz analisam projeto que foi aprovado na comissão

## Proposta permite mudança de nome para transexuais

Segue para votação final na Comissão de Constituição e Justiça projeto (PLS 658/11) que permite a transexuais trocarem de nome em documentos mesmo sem cirurgia de mudança de sexo. Substitutivo ao texto da senadora licenciada Marta Suplicy (PT-SP) foi aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos.

O objetivo, segundo Marta, é garantir o livre desenvolvimento da personalidade, conforme a identidade de gênero. Para ela, o Congresso precisa tratar da questão da transexualidade,

uma realidade entendida pela psiquiatria como o “desejo de viver e ser aceito como pessoa de sexo oposto”.

Para a alteração nos documentos, será preciso laudo de psicólogos e psiquiatras atestando que nome ou sexo discordam da identidade de gênero. O laudo será dispensado nos casos de cirurgia.

Relatório de Anibal Diniz (PT-AC), em substituição ao de Eduardo Suplicy (PT-SP), afirma que é justo garantir o direito da troca a quem não se identifica com o sexo e o nome atribuídos no nascimento.



Paulo Paim preside a Comissão de Direitos Humanos, que aprovou a proposta

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Órgão de divulgação do Senado Federal**

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333





Texto aprovado na CAS, presidida por Jayme Campos (E), cria cadastros nacionais de usuários, profissionais e serviços

## Pacientes do SUS poderão ter prontuário eletrônico

Modernização do Sistema Único de Saúde está prevista em projeto de lei da ex-senadora Roseana Sarney que foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. Objetivo é melhorar atendimento

O SISTEMA ÚNICO de Saúde (SUS) poderá adotar prontuário eletrônico para registrar receitas e informações médicas sobre o paciente e autorizar internações hospitalares e realização de exames, além de liberar resultados.

A modernização no atendimento está prevista no projeto de lei do Senado (PLS 474/08) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Como a decisão foi em caráter terminativo, o texto não precisa passar pelo Plenário do Senado e deve seguir para a análise da Câmara.

Pelo projeto, deverão ser

instituídos no âmbito do SUS três cadastros nacionais: de usuários, de profissionais de saúde e de serviços de saúde, públicos e privados.

Para a autora da proposta, a ex-senadora e atual governadora do Maranhão, Roseana Sarney, é preciso levar ao sistema de saúde brasileiro os avanços da tecnologia de informação, tornando o serviço mais eficiente.

Em relatório favorável ao projeto, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) avalia que o prontuário eletrônico contribuirá para melhorar a qualidade dos serviços com

redução de custos.

De acordo com o texto, serão considerados originais os documentos produzidos eletronicamente e os digitalizados e juntados ao prontuário, desde que produzidos conforme as normas previstas.

A proposta modifica a lei que regulamenta o SUS (Lei 8.080/90) para incluir título sobre a informatização. Vanessa apresentou emenda para também modificar a lei que trata dos planos privados de saúde (Lei 9.656/98), prevendo prontuário eletrônico nesses serviços.

### Reconstrução de mama pelo SUS passa em comissão

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto que determina a realização imediata pelo SUS de cirurgia reparadora nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer. A proposta segue para a CAS. Pelo texto (PLC 3/12), da deputada Rebecca Garcia (PP-AM), a cirurgia deve ser feita sempre que existirem as condições técnicas necessárias para o procedimento. No caso de impossibilidade da reconstrução imediata, a paciente será encaminhada para acompanhamento.

Favorável ao projeto, o relator na CDH, senador Paulo Davim (PV-RN), destacou que a Sociedade Brasileira de Mastologia estima em 20 mil as retiradas de mamas em 2012. No entanto, só 10% das pacientes terão saído do centro cirúrgico com a mama já reconstruída.

## Senadores criticam MPs com mesmo objetivo de projetos parlamentares

Senadores que integram a CAS criticaram ontem, na comissão, o fato de o governo dificultar a aprovação de projetos de iniciativa do Legislativo e, posteriormente, editar medidas provisórias (MPs) com o mesmo objetivo.

O presidente da CAS, Jayme Campos (DEM-MT), citou como exemplo a edição da Lei 12.715/12, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon). Resultado da MP 563/12, a lei visa à captação de recursos para o tratamento da doença.

Um projeto (PLS 645/11) apresentado pela CAS após a realização de audiências públicas previa justamente benefícios fiscais na declaração do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas como forma de captar recursos para combate ao câncer. Mas acabou prejudicado por conta da MP.

— Não entendo por que o governo federal, tendo a maioria que tem no Congresso, insiste em legislar por medidas provisórias em vez de enviar um projeto de sua iniciativa. Por que então não apoiou o nosso

projeto, já em tramitação? — questionou o senador.

Mais tarde, em discurso em Plenário, Jayme voltou a tratar do assunto. Ele elogiou a edição da lei, mas lembrou que a MP reunia, além do Pronon, vários temas sem ligação com a matéria, como programa de banda larga, alíquotas previdenciárias e apoio à indústria de semicondutores.

Também durante a reunião da CAS, Ana Amélia (PP-RS) avaliou que o governo deve estar adotando as ideias do Legislativo em razão da demora na aprovação dos projetos.

— Talvez a culpa seja nossa por não termos aprovado logo a proposta — disse a senadora.

O senador Paulo Paim (PT-RS) ressaltou que os objetivos e conteúdos de inúmeros projetos de iniciativa dos parlamentares são transformados em medidas provisórias.

Ele lamentou, no entanto, o fato de que o Executivo não adote temas importantes como a extinção do fator previdenciário. A medida já foi aprovada pelo Congresso Nacional, mas foi vetada pela Presidência da República.

## Avança projeto de lei que cria política de proteção a autistas

A CAS aprovou ontem as emendas da Câmara dos Deputados ao projeto que institui a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A proposta será examinada na semana que vem pela CDH.

O projeto nasceu como iniciativa da CDH, a partir de sugestão da Associação em Defesa do Autista. A proposta prevê direitos fundamentais para o autista e o equipara, para os efeitos legais, às pessoas com deficiência, permitindo acesso a tratamento especializado na rede pública, entre outras garantias. O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), aceitou a relatoria.

Uma das emendas da Câmara ao projeto (PLS 168/11) tipifica como crime as condutas de aplicação de castigo corporal, ofensa psicológica

e tratamento cruel ou degradante à criança ou adolescente com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental.

A emenda da relatora na Câmara, deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP), prevê pena de detenção de 6 meses a 2 anos. Na hipótese de a atitude resultar em lesão corporal grave, a pena de reclusão será de 2 a 4 anos. Se causar a morte, estabelece-se reclusão de 4 a 12 anos.

Outra emenda cria sanção administrativa para o gestor escolar ou autoridade se a escola negar matrícula. A punição será multa de 3 a 20 salários mínimos. No caso de reincidência, o responsável poderá perder o cargo.

Tal sanção não será aplicada em situações que recomendem, em razão das necessidades especiais do estudante, o encaminhamento a instituições especializadas.

## Wellington: há casos em que aluno autista requer sala especial

Wellington Dias (PT-PI) saudou a aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais, do projeto que cria a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. O PLS 168/11 possibilita a destinação de salas especiais para alunos autistas nas escolas.

O senador, pai de uma criança autista, lembrou que a disfunção apresenta diferentes níveis de gravidade e que há situações em que o aluno não tem como estudar numa sala de aula regular.

— É comprovada a necessidade de, nesses casos de autismo grave, até para proteção da criança, do adolescente ou mesmo do adulto autista, a pessoa estudar em uma sala de ensino especial — afirmou, reconhecendo que pessoas



Wellington Dias apoia aprovação da política de proteção dos autistas

com autismo leve e nenhuma outra síndrome podem estudar em escola regular, sem nada que as impeça de chegar à universidade.

Ele comparou a situação dos autistas com a luta para que a língua brasileira de sinais (Libras) fosse adotada nas escolas para os surdos.

## Audiência discutirá aumento do mandato de dirigentes sindicais

A CAS vai realizar audiência pública para discutir o aumento do mandato de dirigentes de entidades sindicais, conforme prevê projeto de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

O requerimento do debate foi apresentado pelo autor do PLS 252/12 e pelos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Cyro Miranda (PSDB-GO), e foi aprovado ontem na CAS.

A proposta aumenta de três para quatro anos a duração dos mandatos, com possibilidade de reeleição por um período subsequente.

Cássio também visa barrar a participação de parentes

dos titulares de cargos sindicais na eleição seguinte. Ele defende uma simetria com os critérios das eleições para cargos executivos e propõe que fiquem inelegíveis o cônjuge e parentes consanguíneos e afins, até o segundo grau ou por adoção.

A regra leva em conta pessoas que ocupem cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional, valendo inclusive para associações e conselhos de classe profissional e patronal.

A data da audiência e os participantes ainda serão definidos pela comissão.





Benedito de Lira preside reunião da CDR, que também acatou alíquota máxima de 3% para o ISS no turismo rural

# Comissão aprova fundo para financiar ecoturismo

Recursos para incentivo à geração de emprego no setor virão de dotações orçamentárias da União e de arrecadação de multas por dano ao meio ambiente e por descumprimento do Código Florestal

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou projeto que cria o Fundo de Incentivo à Geração de Emprego no Setor de Ecoturismo (Fungeco).

De acordo com a proposta (PLS 687/11), de Vital do Rêgo (PMDB-PB), o fundo contará com recursos provenientes de dotações orçamentárias da União e de arrecadação de multas por dano ao meio ambiente e por descumprimento do Código Florestal. O projeto ainda será apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em votação final.

Outro projeto aprovado, que também segue para a CAE, estabelece alíquota máxima de 3% para o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente nas

atividades prestadas no âmbito do turismo rural. O autor do PLS 65/12 — Complementar é o ex-senador Lauro Antônio.

A CDR também acatou o PLS 238/12, que estende o Benefício Garantia-Safra aos municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste (Sudeco). A proposta, de Antonio Russo (PR-MS), agora será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão terminativa.

A comissão aprovou ainda o PLS 206/12, de Ana Amélia (PP-RS), determinando que, para fins de cobrança de direitos autorais, não se considere como pública a execução, pelos hóspedes, de obras musicais ou audiovisuais em âmbito privado nos quartos

de hotéis e motéis. O projeto será encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, em seguida, à Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), em decisão terminativa.

## Requerimentos

Dois requerimentos de Lídice da Mata (PSB-BA) para a realização de audiências públicas foram acatados pela CDR. O primeiro debate será sobre as ações de controle e prevenção da monilíase, doença que ameaça as plantações de cacau na Bahia.

O segundo vai discutir os problemas na produção e distribuição de milho no Nordeste, que têm provocado o desabastecimento e comprometido a oferta de alimentos aos rebanhos.

## Cássio pede que governo decrete estado de emergência no Nordeste

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) fez ontem, em Plenário, um apelo à presidente Dilma Rousseff pela decretação de estado de emergência em razão da seca, que



para a distribuição e a estocagem de milho. O produto é necessário para manter a produção de frangos.

Para Cássio, o governo federal está inerte e faz de conta que o problema não existe, enquanto rebanhos são dizimados e a população passa sede.

— É uma situação de caos, desolação completa e omissão absoluta do governo federal com relação ao Nordeste brasileiro.

Segundo o senador, a providência é necessária para que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) possa dispensar a licitação e utilizar de pronto o Porto de Cabedelo, na Paraíba,

## Lídice: critérios sociais para licença ambiental

A inclusão de critérios sociais nas avaliações de impacto ambiental exigidas para a



licença de empreendimentos foi defendida por Lídice da Mata (PSB-BA). A proposta (PLS 217/12), de autoria da senadora, tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

— O conceito de impacto ambiental não pode excluir o ser humano — disse.

## Pimentel defende a autonomia das defensorias

José Pimentel (PT-CE) saudou, em pronunciamento



ontem, a aprovação pela Câmara da Lei Complementar 114/11, que estabelece a autonomia das defensorias públicas.

— Vai trazer um grande avanço a um setor do Estado que trata da defesa dos mais pobres, dos mais sofridos — disse o senador.

## Mário Couto afirma ser vítima de irresponsabilidade de jornal paraense

Mário Couto (PSDB-PA) questionou a credibilidade do jornal *Diário do Pará*, que, na semana passada, divulgou notícia sobre o bloqueio



de bens do senador, decretado e depois revogado pela Justiça paraense.

Couto classificou a notícia do jornal como leviandade.

Ele presidia a Assembleia Legislativa do estado à época em que houve irregularidades, hoje investigadas pela Justiça por iniciativa do Ministério Público.

— Não devo nada. Quem quiser vasculhar, pesquisar a minha vida pode vasculhar e pesquisar.

## Nascimento cobra punição severa a exploração sexual

Em discurso ontem, Alfredo Nascimento (PR-AM) chamou a atenção para o fato



de o Brasil estar em primeiro lugar na América Latina e em segundo no mundo em relatório sobre exploração sexual infantil elaborado pela ONU.

— É necessário fazer valer nossas leis e punir severamente os criminosos.

## Ana Rita lamenta escalada da violência no país

Ana Rita (PT-ES) leu ontem, em Plenário, trechos de carta pública divulgada por



bispos do Espírito Santo sobre a escalada da violência no estado e no país.

— Os números de assassinatos são comparáveis, e até superam, os de regiões do mundo que se encontram em plena guerra civil — lamentou a senadora.



Juliana Simões, deputado Márcio Macêdo e Paulo Moutinho

## ONG quer uso de área abandonada na Amazônia

Especialistas da área ambiental destacaram ontem, em audiência, a importância da redução do desmatamento da Amazônia, já que o Brasil continua sendo um dos grandes emissores de gases-estufa por derrubada de florestas. A audiência foi realizada pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Segundo o diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Paulo Moutinho, grande parte da emissão de gases-estufa provém da queima de

combustíveis fósseis (petróleo, carvão mineral e gás natural) e do desmatamento.

— Continuamos queimando mais combustível, derrubando mais florestas e, portanto, contribuindo para aumentar esse cobertor de gases que aquece a atmosfera — explicou.

Moutinho afirmou que o desmatamento da Amazônia atinge quase 70 milhões de hectares e que, desse total, 20% são áreas abandonadas. Para ele, é necessário que se tornem produtivas.

O diretor do Ipam explicou

que é preciso quebrar o mito de que crescimento econômico e preservação ambiental não podem conviver. Segundo ele, Mato Grosso conseguiu aumentar a produção de gado e soja reduzindo o desmate.

A representante do Ministério do Meio Ambiente, Juliana Simões, destacou o Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, para reduzir o desmate. O plano inclui ordenamento territorial e fundiário, monitoramento e controle, e fomento de atividades produtivas.